

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES, REALIZADA NO DIA TRINTA DE
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, pelas nove horas e trinta minutos, realizou-se no Salão dos Paços do Município de Fornos de Algodres, uma Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1-PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

2- ORDEM DO DIA -----

- a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- b) Apreciação e votação do Relatório Anual de Monitorização de Execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PGRIC) do ano de 2024; -----
- c) Apreciação e votação de Proposta de Carta Social 2025-2028; -----
- d) Apreciação e votação da proposta de competência da Assembleia Municipal de autorização prévia para assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais, designadamente via aprovação das Grandes Opções do Plano – alínea b) do artigo 3º e alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013; -----
- e) Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal sobre Imóveis (IMI); -----
- f) Apreciação e votação da proposta de fixação da Derrama sobre o Lucro Tributável; -----
- g) Apreciação e votação da proposta de Participação Variável no IRS; -----
- h) Apreciação e votação da proposta de atualização das Taxas Municipais no ano de 2026, de acordo com a Taxa de Inflação verificada no ano de 2025; -----
- i) Apreciação e votação da proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----
- j) Designação dos representantes de cada Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Fornos de Algodres. -----

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

O Senhor Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes e o público que acompanhava a respetiva sessão on-line, passando a informar que havia sido solicitada a substituição do membro da Assembleia, Ana Nunes, pelo membro João Carlos Coelho e do membro Teresa Pinto, pelo membro Abel Sarmento. -----

Procedeu-se de imediato à chamada dos membros da Assembleia, tendo-se verificado as seguintes presenças: António Manuel Pina Fonseca, João Carlos Coelho, Luís Miguel Ginja da Fonseca, José Aurélio Marques Veiga, Ana Catarina Freitas Gomes, Nélcio Alexandre Ferreira Sequeira, Gonçalo Emanuel de Paraíso Bento, Abel Sarmento, Vanessa Sofia da Costa Melo, Rodrigo Samuel da Silva Costa, Paulo Jorge Domingos Plácido, Sandra de Jesus Gomes Ferreira, Duarte Esteves Nunes, Luís Filipe Rodrigues Reis, Delfim Pereira Rodrigues, João Miguel Reis Gomes, Paulo Jorge Almeida Vaz, Bruno Filipe Ventura Costa, Daniel Alexandre Sousa Andrade, Rodrigo António Arraiano Salvador, Pedro Miguel Sequeira Arrais, Leandro Manuel Pinto Abade, Paulo Jorge Dias Albuquerque, Cláudia Filipa Coelho Farias, Leonido Francisco Rodrigues Silva e Pedro André Ribeiro Alves. -----
Faltou à presente Sessão de Assembleia, o membro Francisco Inácio. -----

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Segundo Secretário procedeu à leitura do expediente respeitante à presente reunião, que ficou arquivado no Gabinete de Apoio à Presidência. -----

O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a sua intervenção e colocou à votação a ata da sessão Ordinária realizada no dia 24 de setembro de dois mil e vinte e cinco, tendo questionado os membros da Assembleia sobre a existência de alguma proposta de alteração à mesma. Não havendo qualquer proposta de alteração, a ata foi aprovada por unanimidade, nos termos do nº 3 do artigo 34º do anexo do Decreto-Lei Nº 4/2015 de 7 de janeiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres usou da palavra desejando um bom mandato a todos os presentes e sublinhando que com toda a certeza, será profícuo, uma vez que, mesmo divergindo, sempre se tentará encontrar um ponto de equilíbrio, em prol dos cidadãos do concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal prosseguiu a sua intervenção e começou por informar que, enquanto Presidente de Câmara, faz parte integrante do Conselho de Curadores da Fundação Cardoso do Amaral, uma vez que, no âmbito dos estatutos da Fundação, está definido que o Presidente de Câmara tem assento no referido Órgão, tendo, no entanto, apresentado a sua demissão do Conselho de Administração da Fundação, ainda antes da sua tomada de posse. -----

Feitas as inscrições, iniciaram-se as respetivas intervenções: -----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, especialmente aqueles que não tinha tido oportunidade de cumprimentar pessoalmente e começou por referir que se estava perante o decorrer da primeira Assembleia Municipal, após o ato eleitoral realizado no dia 12 de outubro de 2025, sendo que se torna imperativo salientar que os fornenses renovaram a sua confiança no Partido Socialista, ao votar maciçamente num Projeto eleitoral que foi devidamente

apresentado a toda a população, esperando, neste sentido, que o Executivo Camarário, presidido pelo Dr. Alexandre Lote, e restantes Vereadores, executem um trabalho profícuo, em prol do concelho de Fornos de Algodres e que cumpram tudo o que foi previamente anunciado, uma vez que foi depositada confiança na palavra do Partido Socialista, pressupondo que se corresponda às necessidades de toda a população do concelho de Fornos de Algodres. -----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca, prosseguiu a sua intervenção sublinhando que a mesma se revestia de um carisma mais político do que técnico, uma vez que, e apesar de os Órgãos se terem renovado, existe um projeto de continuidade do mandato presidido pelo Dr. Manuel Fonseca, sempre visando as necessidades do povo de Fornos de Algodres, pelo que se torna estritamente necessário que impere a união e a cooperação no novo mandato, sempre em prol da população fornense. -----

O membro da Assembleia Cláudia Farias usou da palavra, cumprimentando e desejando umas Boas Festas a todos os presentes e a todos aqueles que acompanhavam a presente sessão on-line e na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia, manifestou que no presente mandato gostaria de assistir a uma participação mais ativa por parte de todos os Presidentes de Junta e demais membros da Assembleia, no sentido de se fazer jus ao voto de confiança que, em todos, foi depositado e, neste sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a eventual perspetiva de criação de um gabinete de apoio às Juntas de Freguesia do concelho de Fornos de Algodres -----

O membro da Assembleia Nélío Sequeira usou da palavra, cumprimentando e desejando umas Boas Festas a todos os presentes e começou por parabenizar o atual Executivo Municipal pela descentralização das reuniões de Câmara, uma vez que se trata de uma excelente forma de incutir a participação da população nas mesmas, podendo manifestar diretamente as suas dúvidas e preocupações, assim como fomenta a total transparência das resoluções levadas a efeito nas referidas reuniões. -----

O membro da Assembleia Gonçalo Bento usou da palavra, cumprimentando e desejando um bom ano a todos os presentes e começou por referir que, tradicionalmente, deveria ser discutido na presente sessão de Assembleia Municipal, o Orçamento Municipal para 2026, no entanto tal não se verificou, e neste sentido solicitou ao Executivo Municipal uma informação mais detalhada inerente ao quadro de pessoal dos efetivos, assim como a todos os contratos a termo. Acrescentou ainda que, uma vez que se aproximava o novo ano, dever-se-ia ter em conta a construção do plano de formação das equipas, sendo que se deveria incidir sobre a temática da cibersegurança, uma vez que a página do Facebook da plataforma “O Bom Sabor da Serra” é um claro exemplo de que se poderá sofrer possíveis burlas e ataques informáticos, e como tal, sublinhou que se deverá estar cada vez mais preparado para a referida questão. -----

O membro da Assembleia Duarte Nunes usou da palavra cumprimentando todos os presentes, assim como todos aqueles que acompanhavam a presente sessão on-line, e começou por manifestar que era com uma enorme honra, que, enquanto jovem de vinte anos de idade, do concelho de Fornos de Algodres, já havia

assumido o cargo de Deputado na Assembleia Municipal, cargo esse que desempenhará com um enorme orgulho e tudo fará para ser a voz ativa dos jovens fornenses, independentemente da cor partidária. -----

O membro da Assembleia Duarte Nunes prosseguiu a sua intervenção e começou por fazer referência aos outdoors de grande dimensão que se encontram na vila de Fornos de Algodres e, neste contexto, sublinhou que gostaria de saber se os mesmos pertencem ao Município de Fornos de Algodres ou se eventualmente pertencem a entidades externas, sendo que, em qualquer das possíveis circunstâncias, gostaria de poder ter acesso aos eventuais contratos de aluguer, realizados. -----

O membro da Assembleia João Coelho usou da palavra, cumprimentando todos os presentes, assim como todos aqueles que acompanhavam a presente sessão on-line e aproveitou a ocasião para questionar o Executivo sobre o Plano Diretor Municipal do concelho de Fornos de Algodres, passando a referir o seguinte: -----

“Em setembro deste ano, foi publicado em Diário da República o Aviso sobre a primeira alteração da primeira revisão do PDM de Fornos de Algodres, onde se solicitava a contribuição dos fornenses para essa alteração. Por conseguinte, pergunto ao Executivo em que ponto se encontra a revisão do PDM, quais os pontos que serão alvo de revisão, quais os contributos que foram ou serão dados para essa revisão, qual a data prevista para a entrada em vigor do novo Plano Diretor Municipal de Fornos de Algodres. Existem mais dois temas que eu gostaria de colocar ao Executivo: a primeira é a preocupação com a Habitação. Tornou-se um problema para as populações, não só em Fornos de Algodres, mas também a nível nacional, por isso pergunto quais as medidas que o Executivo pretende tomar para promover o investimento habitacional, quer no setor privado, como também no setor público, quais os incentivos, para além dos já enumerados pelo Estado, o Município pretende colocar à disposição das pessoas que sonham em ter casa própria, dos jovens para ter a sua primeira habitação, dos empreiteiros, dos investidores e dos profissionais do setor. -----

Terceiro ponto: Gostaria de obter uma posição do Executivo sobre as obras que descaracterizam a história das aldeias, anulam passados com história, como são os caminhos romanos, que deveriam ser mais valorizados, pois se querem obter classificações nacionais de valorização das nossas aldeias, devem preservar esse património existente, não permitindo intervenções que desvirtuem esse património, nomeadamente esses caminhos romanos com calçada nova em paralelos e os coretos, onde materiais como telha sanduíche e estrutura metálica, em vez de estrutura em pedra, em união com madeira e cobertura em telha cerâmica. Este último ponto leva-me a contribuir para a revisão do PDM, nomeadamente no incentivo das moradias existentes ou dos novos projetos, incluírem métodos construtivos com materiais locais, nomeadamente paredes em pedra ou forradas a pedra, telhados com cobertura em telha cerâmica e caixilharia de alumínio ou PVC de cor neutra, ou a imitar madeira. Outro contributo que proponho é a não impermeabilização dos solos nos terrenos envolventes à habitação; quando possível, claro, impondo uma taxa de cerca de 30% de espaço relvado ou ajardinado, permitindo assim uma melhor contribuição ambiental. Esta proposta vai ao encontro do que o anterior Executivo da Junta de Freguesia de Figueiró da

Granja, levou a cabo, no seu primeiro mandato, que por acaso até era apoiado pelo PSD, onde a Junta de Freguesia apoiava os proprietários na reabilitação das suas habitações, com mão-de-obra gratuita ou com materiais, deixando a pedra das paredes à vista, mantendo-se assim a sua traça original e as características das habitações beirãs. Muitos exemplos desta forma de preservar a identidade das aldeias circula no nosso concelho, mas como venho do Norte dou como exemplo, pois conheço bem, e onde trabalhei, uma aldeia do concelho de Penafiel chamada Quintandona, onde, com o apoio da autarquia, a aldeia foi recuperada tradicionalmente, mantendo a sua traça original e atualmente, é um ponto turístico muito visitado.” -----

O membro da Assembleia José Aurélio Veiga usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e desejando a continuação de umas Boas Festas e um Bom Ano e manifestou também que gostaria que a Assembleia Municipal tenha um contributo de melhoria das condições de vida de todos os municípios. Começou por fazer referência a três pontos da intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, na sua tomada de posse, sendo que, em relação ao ato eleitoral, não poderia deixar de endereçar os Parabéns ao Partido Socialista pela vitória expressiva no concelho de Fornos de Algodres. Relativamente à obra feita, nomeadamente ao Mercado Municipal e à Escola Básica de Figueiró da Granja, sublinhou que, há oito anos, numa sessão da Assembleia Municipal, havia sugerido a recuperação da zona degradada, onde está situada a “Madeicol”, visando a construção do respetivo edifício no lado oposto, de forma a manter-se alguma traça do Mercado Municipal e, concomitantemente, aproveitar-se o espaço coberto, sem que, no entanto, se tenha aceitado tal sugestão. O Senhor Deputado José Aurélio Veiga prosseguiu a sua intervenção citando um ex-líder do Partido Socialista, António Costa, que dizia ao atual candidato à Presidência da República, José Seguro, que o que havia feito “era muito pouquinho”, tal como o legado do Partido Socialista no concelho de Fornos de Algodres, ao longo de doze anos, também foi realmente muito pouquinho e, neste contexto, sublinhou que gostaria de fazer referência ao legado deixado no passado, pelo Partido Social Democrata, uma vez que há muitos jovens que não têm noção de como era o concelho de Fornos de Algodres, em 1977. Neste contexto, informou que, no que diz respeito à rede viária, à exceção da Estrada Nacional 16 e a Estrada Nacional 330 apenas estavam alcatroados o troço entre Fornos de Algodres e Infias e o troço entre Queiriz e Casal do Monte, sendo que, o de Queiriz/Casal do Monte foi construído, por iniciativa de um Presidente de Câmara de Trancoso, que residia em Casal do Monte, ou seja, toda a rede viária existente atualmente no concelho, foi toda feita no legado do Partido Social Democrata: abriram-se dezenas de Kms de estrada, dezenas de Kms de caminhos rurais, retificaram-se estradas e repavimentou-se todo o concelho com alcatrão. No que diz respeito aos arruamentos das aldeias, as condições eram igualmente precárias, tendo de se colocar estrume por forma a evitar passar em cima da lama, arruamentos esses que também foram requalificados pelo Partido Social Democrata, uma vez que a criação de infraestruturas adequadas, tanto na vila como nas aldeias, sempre foi uma prioridade. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Deputado José Aurélio Veiga sublinhou

que a vila de Fornos de Algodres se resumia apenas à parte velha que existe na parte superior da Estrada Nacional 16, existia um matadouro em que, quando se abatiam as vacas, se verificava o escorrimento de sangue na via pública e existia uma ETAR, que abastecia uma pequena parte da vila e que estava situada em frente ao cemitério, em que os dejetos eram retirados pelo coveiro. Informou também que, à posteriori, foi construída a Zona Sul e a nova urbanização em que está situado o novo quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fornos de Algodres, tendo o Senhor Deputado José Aurélio Veiga, sido altamente criticado, em sessão de Assembleia Municipal e até acusado de beneficiar a família Sá Melo, visto que o Partido Socialista pretendia ligar o Bairro das Capelas à vila, através do caminho existente junto à Sra. da Graça, no entanto o Senhor Deputado José Aurélio Veiga sublinhou que havia optado por construir uma nova zona habitacional, entre o Bairro das Capelas e a parte velha da vila, que é de facto extremamente importante e mais informou que, no último mandato, do qual tinha feito parte, optou por construir a Av^a 25 de Abril, no sentido de ligar Fornos de Algodres ao Parque Industrial e ao antigo IP5, obra esta que não foi concluída. Ainda relativamente a este assunto referiu que considera deplorável que uma das pessoas do Partido Socialista, que mais se opôs às referidas iniciativas, até foi um alto quadro e um alto responsável pelo GAT da Guarda, o que também explica o desordenamento da referida cidade. O Senhor Deputado José Aurélio Veiga prosseguiu a sua intervenção referindo que criou a secção de obras da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, algo simples, mas de extrema importância, criou-se a Residência dos Estudantes, criou-se o Centro de Saúde, GNR, Tribunal, Casa dos Magistrados, Casa da Saúde para enfermeiros e médicos, criou-se a Conservatória e Notariado, a área das Finanças e Segurança Social, Escola C+S, Pavilhão Gimnodesportivo, os tanques de aprendizagem, denominados atualmente, de piscinas e fez-se a requalificação do edifício da Câmara Municipal, do Mercado Municipal e do Centro Cultural, entre outros. -----

Informou também que o saneamento básico apenas existia numa parte de Fornos de Algodres e eletrificaram-se quatro aldeias, para além de que se mudou totalmente a rede elétrica, sendo que foram também eletrificadas todas as quintas de Fornos de Algodres, em que residiam muitas pessoas. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Deputado José Aurélio Veiga sugeriu que se fizesse uma viagem pelo concelho no "bébé" que tanto êxito teve no congresso, em Braga, em que poderia servir de guia e explicar, em pormenor, toda a evolução que se verificou no concelho de Fornos de Algodres, quando o Partido Social Democrata liderava a Câmara Municipal. Deu ainda nota de três obras das quais discordou totalmente, nomeadamente do novo estádio municipal, que havia iniciado, enquanto Presidente da Associação Desportiva de Fornos de Algodres, com a construção da bancada norte e a entrada do estádio, sendo que na sua opinião apenas deveria ter sido construído um pelado, também discordou da localização do quartel dos Bombeiros Voluntários, sendo que, na sua opinião, deveria ter sido construído em frente ao cemitério, para além de que também discordou da construção da biblioteca, tendo o edifício sido comprado aos CTT, no sentido de se proceder à construção de habitação social, o que não se verificou. Acrescentou

também que não fez parte integrante do mandato do Dr. José Miranda, sendo que a dívida que existe atualmente no Município de Fornos de Algodres, não foi contraída com o seu contributo, tendo a mesma sido contraída com o contributo dos elementos do PSD e com o contributo de alguns elementos que se encontravam na presente sessão de Assembleia Municipal, uma vez que nunca se manifestaram contra, tendo até elogiado a construção do hotel, hotel esse que, na sua opinião, está tremendamente mal dimensionado, não havendo necessidade de um hotel com aquela dimensão e com a agravante de um contrato lastimável e vergonhoso para o concelho de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e, em defesa da honra, no seguimento das várias acusações feitas pelo Senhor Deputado José Aurélio Veiga, nomeadamente da forma como gozou com o transporte público reconhecido no Congresso da Associação Nacional de Municípios, referiu que o mesmo está inclusivamente a ser copiado por Câmaras Municipais do PSD e, mais informou, que o Município de Fornos de Algodres continuará a apostar na área da mobilidade e transportes. O Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu a sua intervenção referindo que, relativamente à forma como o Senhor Deputado José Aurélio Veiga fez referência às várias obras, qualquer pessoa que oiça o referido discurso, sempre na primeira pessoa, seguramente pensará que até foi Presidente da Câmara Municipal, sendo que, no último mandato do Professor Felício, o povo do concelho de Fornos de Algodres não quis que o Sr. Deputado José Aurélio Veiga fosse reeleito Vereador, tendo sido eleitos dois Vereadores do PS, dois Vereadores do PSD e um Vereador do CDS. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente da Assembleia sublinhou que o povo do concelho de Fornos de Algodres votou no PS em 2013, reforçou a maioria em 2017, voltou a dar-lhe a vitória em 2021, assim como em 2025, sendo que o povo é sempre soberano, e mais informou que foram referidas pelo Senhor Deputado José Aurélio Veiga, algumas situações que não correspondem à verdade, uma vez que a bancada do PS, aquando da construção do hotel, votou contra, relativamente à forma como o hotel estava a ser construído e à forma como os terrenos tinham sido doados à empresa de construção. Relativamente aos técnicos do GAT, o Senhor Presidente da Assembleia sublinhou que tem muito orgulho nos mesmos, técnicos esses que não se encontravam presentes para se defender, até porque o GAT da Guarda foi um excelente exemplo de como se deve trabalhar em termos de planeamento, não só no concelho de Fornos de Algodres, mas também noutros concelhos, aos quais dava apoio, pelo que não é de bom tom dizer mal de excelentes técnicos que honraram o concelho de Fornos de Algodres, nomeadamente o Eng.º Carlos Costa e o Eng.º Luís Anastácio. -----

Relativamente às obras enumeradas pelo Senhor Deputado José Aurélio Veiga, o Senhor Presidente da Assembleia sublinhou que muitas delas não foi a Câmara Municipal liderada pelo PSD, que realizou, mas sim os Governos, na sua maior parte, do Partido Socialista, nomeadamente o Tribunal e a GNR. -----

Para terminar, o Senhor Presidente da Assembleia parabenizou o Senhor Presidente da Câmara pelo acolhimento do evento desportivo de Futsal, realizado no fim-de-semana anterior, questionou relativamente

ao ponto de situação inerente ao processo dos incêndios em Queiriz e aproveitou também para manifestar o seu agrado pela excelente contribuição dada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Fundação Cardoso do Amaral, que tem sido uma instituição de referência, em termos de apoio ao concelho, nomeadamente através da atribuição de Bolsas, aos jovens que ingressam no ensino superior. -----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca, usou da palavra referindo que o Senhor Deputado José Aurélio Veiga tinha estado ligado à política ativa há cerca de trinta e cinco anos, sendo que, com exceção da Escola Secundária de Fornos de Algodres, o Partido Socialista realizou todas as obras, nomeadamente o Centro de Saúde, Finanças, Posto da GNR e Tribunal, ou seja, todos os edifícios públicos que existem atualmente em Fornos de Algodres, são fruto do trabalho e investimento do Partido Socialista, no concelho de Fornos de Algodres.-----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca prosseguiu a sua intervenção sublinhando que, no que diz respeito aos processos que se encontram a decorrer em Tribunal, não consta nenhum Vereador do Partido Socialista nos mesmos, sendo que sempre tem defendido, tanto os Vereadores do Partido Socialista, como os Vereadores do Partido Social Democrata, uma vez que nunca tiveram conhecimento de nada do que foi efetivamente negociado com o hotel, no entanto, é certo e sabido que quem contraiu a dívida do Município de Fornos de Algodres, foi o PSD e, mais informou, que a única participação ativa que teve, relativamente à questão do hotel, foi inerente à cedência de algum terreno à freguesia de Infias, tendo na época, votado contra. -----

O membro da Assembleia José Aurélio Veiga, usou da palavra referindo que, na sua anterior intervenção, não havia acusado ninguém e que quem prestava serviços era o GAT de Seia e não o GAT da Guarda e, mais informou que, tanto o ex-Presidente de Câmara, como o atual, estão constantemente a falar da dívida contraída pelo PSD, no entanto, em 2018, a Câmara Municipal aumentou a sua dívida em quinhentos e nove mil, seiscentos e cinquenta e quatro, zero, seis Euros por força de carência e capitalização de capital e juros e, em 2023, aumentaram também a dívida em cinquenta mil, setecentos e seis mil Euros, sendo que, nos últimos nove anos, a Câmara Municipal pagou de capital e juros, oitocentos e oitenta e oito mil, setecentos e sete, 23 Euros, por ano. Neste contexto, referiu ainda que se a média de receita do Município, em conjunto com as respetivas transferências para o mesmo, rondasse os nove milhões de Euros, ter-se-ia uma dívida de cerca de 9%, havendo, em média, oito milhões de Euros disponíveis, no entanto é necessário fazer as corretas opções, em termos de investimento, no sentido de se obter mais rentabilidade e mais lucro, arrecadando assim riqueza para o concelho de Fornos de Algodres. Para terminar, o Senhor Deputado José Aurélio Veiga recomendou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que desempenhe o seu papel de Presidente da Assembleia, seguindo os seus dois antecessores que fizeram um ótimo trabalho, em prol do Município de Fornos de Algodres. -----

O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra sublinhando que, na qualidade de Presidente da

Asssembleia Municipal, não se coibirá de emitir a sua opinião, sendo que a Lei lhe permite dirigir os trabalhos com isenção e rigor, no entanto jamais fará o que foi feito no mandato de 2013 a 2017, em que o Presidente da Assembleia não deixou o Presidente da Câmara e os Deputados do Partido Socialista, usar da palavra. Relativamente à questão da dívida, o Senhor Presidente da Assembleia referiu que admira o percurso profissional do Senhor Deputado José Aurélio Veiga, no entanto, o mesmo não lhe dará lições, em termos financeiros, de como se gere uma Câmara Municipal. -----

O membro da Assembleia Cláudia Farias usou da palavra e, na sequência da resenha histórica do Senhor Deputado José Aurélio Veiga, questionou se o mesmo acharia normal se, desde 1977 até à atualidade, com o 25 de Abril e com a adesão à então CEE e atual União Europeia, não se tivesse avançado no concelho de Fornos de Algodres e, mais referiu que, sendo o mesmo uma pessoa tão experiente, em termos políticos, deveria olhar mais para os exemplos de inexperiência da Bancada do PSD, como é o caso do Duarte Nunes, que tomou posse no presente mandato e demonstrou qual a conduta que se deve ter numa Assembleia Municipal, sendo que não se deverá discutir os assuntos do passado, constantemente, mas sim, discutir o presente e perspetivar o futuro. -----

O membro da Assembleia José Aurélio Veiga, em resposta à Senhora Deputada Cláudia Farias, referiu que não acharia normal, sendo que considerava igualmente anormal, que nada se tenha feito no concelho de Fornos de Algodres, nos últimos doze anos. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, saudando todos os presentes e, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Ginja da Fonseca, referiu que o povo de Fornos de Algodres deu uma maioria clara ao Partido Socialista, que, seguramente, irá ser honrada e respeitada, assim como o compromisso assumido perante os fornenses e plasmado no Programa Eleitoral, que deu origem ao Programa Autárquico, também irá ser devidamente cumprido e será a base do Orçamento Municipal, que será apresentado em janeiro de 2026. Relativamente ao Orçamento Municipal, o Senhor Presidente sublinhou que se sentia muito tranquilo quanto à capacidade de execução do mesmo, apesar das dificuldades financeiras do Município de Fornos de Algodres. -----

No que concerne à intervenção da Senhora Deputada Cláudia Farias, o Senhor Presidente concordou plenamente com a necessidade de aumento da participação das Juntas de Freguesia, sendo que uma das grandes prioridades, será a aproximação do Município aos fregueses, pelo que, seguramente, no primeiro trimestre de 2026, será criado o gabinete de apoio às Juntas de Freguesia e será reforçado o orçamento, para fazer face ao apoio a ser concedido às mesmas, no âmbito da transferência de competências, permitindo assim que os autarcas não corram riscos e consigam executar os seus programas. -----

No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Nélcio Sequeira, relativamente à descentralização das reuniões de Câmara, o Senhor Presidente referiu que, não sendo uma prática nova, uma vez que já vigorou em anteriores mandatos, é uma prática muito útil, tendo sido já realizadas reuniões em Algodres e no Casal

Vasco, o que permitiu ver, in loco, os principais problemas das freguesias e, mais informou, que se começou a transmitir as reuniões de Câmara em direto, mensalmente, o que será uma mais-valia para os munícipes.- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Bento, relativamente ao quadro de pessoal, o Senhor Presidente referiu que existem dois programas, nomeadamente o CLDS e o Radar Social, cujos funcionários que lhe estão afetos, têm contrato a termo, existindo também novas medidas do IEFP, nomeadamente medidas de emprego apoiado, que são direcionadas para pessoas com incapacidade, que, muitas das vezes, estavam em medidas de emprego financiadas a 100%, mas em que o trabalhador não tinha qualquer tipo de benefício, nem descontos para a Segurança Social. Informou ainda o Senhor Presidente que, mediante esta forma de atuação, as pessoas serão afetas às medidas de emprego apoiado, que são financiadas em função da incapacidade das mesmas, para o exercício da sua atividade, e poderão ter a devida dignidade e melhores condições de vida. Em relação à questão da cibersegurança, o Senhor Presidente referiu que é uma prioridade para o Município de Fornos de Algodres, assim como para todos os municípios da comunidade intermunicipal, sendo que se têm levado a efeito várias ações de sensibilização direcionada aos funcionários, existindo também uma candidatura da Comunidade Intermunicipal, no sentido de se reforçar os sistemas de cibersegurança de todos os organismos, entidades públicas e municípios da Comunidade Intermunicipal. No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Duarte Nunes, o Senhor Presidente aproveitou a ocasião para o saudar pela sua eleição, sublinhando a responsabilidade acrescida que terá, ao representar os Jovens do concelho de Fornos de Algodres. Relativamente à questão dos outdoors de grande dimensão, referiu que existem cinco no concelho, sendo um da empresa "RED", dois da empresa "Marcelo Pimenta" e os outros dois pertencem ao Município de Fornos de Algodres e, no que diz respeito aos respetivos contratos, o Senhor Presidente referiu que, seguramente, estarão em conformidade, acrescentando ainda que, uma vez que se estava a falar de Jovens, não poderia deixar de felicitar também o Senhor Deputado Leandro Abade, pela sua eleição como Presidente da Federação da Juventude Socialista da Guarda, uma vez que, independentemente da cor partidária, é muito importante que os Jovens do concelho de Fornos de Algodres deem um passo em frente e assumam responsabilidades de alto nível. Face à intervenção do Senhor Deputado João Coelho, relativamente à revisão do PDM, o Senhor Presidente sublinhou que não se está a proceder a uma revisão ao PDM e sim à primeira alteração à revisão do PDM, sendo que terá de ser revisto em 2026 ou 2027, uma vez que a última revisão foi em 2016. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente sublinhou que, quando se fala de uma alteração à revisão do PDM, as condicionantes subjacentes, não são as mesmas que as referentes a uma revisão e, neste sentido, manifestou a sua concordância, relativamente a muitas das sugestões do Senhor Deputado João Coelho, sublinhando que serão admitidas, no âmbito de uma revisão e não de uma alteração ao PDM. Relativamente ao ponto de situação do PDM, o Senhor Presidente sublinhou que se verificou a participação de um munícipe, que solicitou o aumento de uma área urbana para proceder a um investimento, encontrando-se o processo em análise, no sentido de se tentar dar anuência ao mesmo, caso a CCDR Centro, aprove. Mais informou o

Senhor Presidente que provavelmente, em 2026, se dará início à revisão completa do PDM, um processo que será altamente oneroso e em que se envolverão as Juntas de Freguesia, os membros da Assembleia Municipal e todos os munícipes. -----

No que diz respeito à questão da Habitação, o Senhor Presidente referiu que existe um programa muito claro, em que existem duas medidas, como oferta pública de habitação, nomeadamente o Programa do Primeiro Direito, estando a ser levada a efeito a reabilitação de 12 habitações no Bairro do Ténis, com o apoio do IHRU, por forma a que não se aumente o endividamento do Município de Fornos de Algodres. Acrescentou ainda que as doze habitações se destinam a agregados familiares carenciados, para além de que existem cerca de trinta candidaturas de beneficiários, no âmbito do Primeiro Direito, sendo que, no dia 16 de janeiro se realizaria uma reunião na Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, com o Presidente do IHRU, uma vez que há necessidade de se acelerar os processos em curso, no entanto, o Município de Fornos de Algodres só avançará com os mesmos, caso haja garantia de que haverá verba disponível para as referidas reabilitações, uma vez que não dispõe de margem, para correr esse tipo de risco. O Senhor Presidente informou também da existência do Programa de Habitação Acessível, a custos acessíveis, sendo que o IHRU tem uma boa oportunidade de marcar a história do Programa de Habitação Acessível em Fornos de Algodres, através da reabilitação da Residencial da Estrada Nacional 16, em frente à Câmara Municipal, onde serão construídos nove apartamentos que serão colocados à disposição da classe média e dos jovens, para além de que está também prevista a reabilitação da Habitação de Marquês de Tomar, perto da Misericórdia, para construção de sete apartamentos, tendo o contrato de promessa de compra e venda, já sido realizado com os respetivos proprietários, estando apenas a aguardar que o IHRU avance com a verba, no sentido de se dar início à empreitada, o mais rapidamente possível. Informou ainda que o projeto de execução de reabilitação das casas dos magistrados se encontra finalizado, estando já validado por parte do IHRU, e brevemente se dará início à reabilitação dos dois apartamentos, para a classe média ou jovens, em função das candidaturas que forem apresentadas. O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção dando ainda nota de que, de acordo com o que está explanado no Programa Eleitoral do Partido Socialista, o Município de Fornos de Algodres pretende apoiar os jovens relativamente à aquisição e sobretudo à elaboração de projetos, assim como se pretende adquirir alguns lotes estratégicos, por forma a colocá-los no mercado de habitação, a custos controlados. No que respeita à descaracterização dos caminhos romanos, o Senhor Presidente referiu que o calçetamento realizado na antiga Estrada Nacional 16 demorou dois anos, tendo a obra sido alvo de negociações com a CCDR Centro e devidamente acompanhada por um Arqueólogo, no sentido de garantir que não se mexeria em nenhuma pedra do traçado antigo do caminho romano. Acrescentou ainda que a referida intervenção teve obrigatoriamente de ser validada pela CCDR Centro, nomeadamente pela Antiga Direção-Geral da Cultura, que foi incorporada na CCDR Centro, tendo a mesma obtido pareceres positivos de todas as entidades, uma vez que se cumpriram todas as regras inerentes ao processo e no que concerne à questão dos coretos, o Senhor Presidente referiu que os projetos foram elaborados, juntamente com as Juntas de Freguesia.

Relativamente aos projetos de requalificação de habitações que foram levados a efeito em Figueiró da Granja, entre 2013 e 2017, no âmbito do Projeto “Oficina Domiciliária”, nos últimos anos, o Senhor Presidente informou que os mesmos passaram a ser levados a efeito no âmbito do Projeto “Just a Change”, mediante o qual já foram reabilitadas mais de dez habitações de famílias carenciadas, por parte de jovens voluntários, universitários. No que diz respeito ao Projeto “Just a Change” que deixou de ser apoiado pela empresa Mota-Engil, o Senhor Presidente referiu que o Município de Fornos de Algodres, seguramente, irá manter o respetivo cabimento no orçamento de 2026, uma vez que se reveste da maior importância. No seguimento da explanação do Senhor Deputado José Aurélio Veiga, o Senhor Presidente manifestou o seu agradecimento pela felicitação referente ao resultado expressivo e inequívoco do Partido Socialista e começou por referir que nas Assembleias Municipais, ao invés de se verificar foco na história, dever-se-á trabalhar para se fazer história, sendo que, se um dia os fornenses lhe permitirem ter a honra de ser Deputado Municipal, espera sinceramente nunca vir a ter uma intervenção similar à que o Senhor Deputado José Aurélio Veiga havia tido na presente sessão de Assembleia, em que utilizou recorrentemente a primeira pessoa: “eu, eu, eu, eu”, uma vez que tal conduta não poderá existir na política. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente referiu que o Senhor Deputado José Aurélio Veiga, fez parte integrante de um Executivo Municipal, em que se trabalhava em equipa, fazendo-se o melhor que se podia, de acordo com os recursos disponíveis e que foi sufragada pelos fornenses, com vitórias eleitorais consecutivas. Neste sentido, o Senhor Presidente salientou que o Senhor Deputado José Aurélio Veiga deveria sentir orgulho, uma vez que os fornenses reconheceram méritos na governação do PSD e não na governação individual do Senhor Deputado José Aurélio Veiga, até porque ninguém governa sozinho. ----- No que diz respeito ao Mercado Municipal, o Senhor Presidente sublinhou que se trata de uma obra em que todos se reveem, que já teve prémios nacionais e internacionais, que demonstra versatilidade relativamente ao tipo de evento que se pretenda realizar e que tem sido uma mais-valia para os fornenses, no entanto, e ao que parece, o Senhor Deputado José Aurélio Veiga não comunga da mesma opinião, o que será respeitado. Referiu também que, tal como o Senhor Deputado José Aurélio Veiga havia proferido, o Partido Socialista teve de facto uma grande vitória no dia 12 de outubro de 2025, o que só demonstra que as pessoas reconheceram que se efetuou um excelente trabalho, contrariamente ao trabalho que foi realizado pelo Partido Social Democrata entre 2009 e 2013. No que diz respeito ao autocarro elétrico, o Senhor Presidente sublinhou que considera muito estranho que o Senhor Deputado José Aurélio Veiga não consiga acompanhar os novos tempos e, mais informou, que não tinha dúvida alguma de que a maior parte da Bancada do PSD reconhece como necessária, a transição dos autocarros poluentes, para autocarros elétricos e também considera a questão da transição energética como uma prioridade. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente referiu que, no seguimento da aquisição de quinze autocarros, por parte da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, o Município de Fornos de Algodres pretende ficar com um, no entanto, relativamente aos dezasseis autocarros a hidrogénio disponíveis, é evidente que não há qualquer tipo de interesse por parte do Município, uma vez que não se

dispõe de meios de abastecimento, sendo que apenas os Municípios da Guarda e Seia, demonstraram interesse nos mesmos. No que concerne à questão da dívida contraída pelo Partido Social Democrata, o Senhor Presidente informou que se verificou um aumento do seu valor, uma vez que o Partido Socialista teve de proceder ao pagamento dos passivos contingentes que o PSD deixou como herança, sem cabimento e compromisso, na contabilidade da Câmara Municipal, nomeadamente faturas de empreiteiros que nunca foram cabimentadas, as obras da biblioteca, obras na freguesia de Queiriz, para além do Processo das Águas que irá recair no Município de Fornos de Algodres, devido à irresponsabilidade do PSD, aquando da cobrança da água aos cidadãos, sem ter pago a água em alta, às Águas do Zêzere e Coa, o que originou uma dívida de 1.2 milhões de Euros. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António Manuel Pina Fonseca, sublinhando que tinha muito orgulho em tudo o que haviam realizado durante os doze anos do seu mandato, conseguindo assim devolver dignidade ao concelho de Fornos de Algodres, o que foi significativamente reconhecido pelos fornenses e, no que concerne às questões que lhe havia colocado, relativamente aos apoios inerentes à freguesia de Queiriz, o Senhor Presidente referiu que haviam sido aprovados 1,85 milhões de Euros, com uma comparticipação, por parte do Estado de 85%, para se fazerem intervenções nas zonas que foram afetadas pelos incêndios, nomeadamente em muros e taludes, nos aquedutos, na rede viária, na rede viária florestal, nas valetas e nos sistemas de drenagem e ainda na sinalização rodoviária, tudo fruto de um trabalho extraordinário da Eng.ª Inês Madeira, do Eng.º Alberto Almeida, do Eng.º Paulo Santos, do Edgar Almeida e do João Gomes, que fizeram um levantamento exaustivo de todos os prejuízos resultantes do incêndio. Neste contexto, o Senhor Presidente aproveitou para parabenizar todas as Juntas de Freguesia que tiveram um comportamento exemplar, num momento de tremenda dificuldade pelo qual o concelho passou, sendo que os serviços técnicos da Câmara Municipal estiveram à altura para garantir que estarão disponíveis, em 2026, 1,85 milhões de Euros, para reparar o dano causado pelo incêndio. Para terminar, o Senhor Presidente manifestou o seu imenso orgulho relativamente ao facto de, no seguimento de uma parceria com a Associação de Futebol da Guarda, Fornos de Algodres ter tido, mais uma vez, a capacidade para acolher um torneio de Futsal de sub-15, que estava a decorrer no pavilhão e que contava com a presença das seleções distritais de todo o país. No que diz respeito à Fundação Cardoso do Amaral, o Senhor Presidente sublinhou sentir um imenso orgulho por ser uma das pessoas que, desde o início, fez parte integrante do Conselho de Administração da Fundação, Fundação essa que faz um trabalho absolutamente notável, nomeadamente através do apoio mensal de 450€, aos estudantes do concelho, para que possam frequentar o Ensino Superior, sendo que atualmente estão atribuídas mais de 50 bolsas, o que merece, sem dúvida, um reconhecimento coletivo. O Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra informando que no dia 12 de janeiro, por volta das 16h, iria decorrer o ato eleitoral para a eleição do novo Presidente da CCDDR-Centro, sendo que iria ser enviada uma convocatória a todos os membros da Assembleia Municipal, para que possam exercer o seu direito de voto. -----

a) Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, de acordo com a alínea c) do nº 2 do artigo 25, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante da presente ata. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que, no que diz respeito à situação económica e financeira do Município de Fornos de Algodres, atualmente verifica-se uma estabilidade, com a dívida controlada, apesar do enorme peso que tem na gestão do Município, sendo que os pagamentos a fornecedores também estão devidamente controlados e, no que concerne à informação escrita do Presidente, sublinhou que havia algumas iniciativas em curso, nomeadamente a construção do Ginásio Municipal, que se prevê ser inaugurado na Feira do Queijo Serra da Estrela, de 2026, a Creche de Infias e a requalificação do Bairro do Ténis. Sublinhou também uma atividade que foi levada a efeito no âmbito do Programa Fornos Vida, em que os Seniores tiveram a oportunidade de fazer uma atividade de bodyboard, em Peniche, o que plasma significativamente, a excelente qualidade do Gabinete de Desporto do Município de Fornos de Algodres. - Em relação a projetos estruturantes, o Senhor Presidente sublinhou estar em curso o Plano de mobilidade urbana, o projeto de requalificação das residências da Estrada Nacional 16, o projeto "Diabetes em Movimento" assumido pelo Município de Fornos de Algodres, depois de uma falha grave da ULS da Guarda, uma vez que desde o início transmitiu que iria manter o referido projeto e afinal decidiu não manter, para além de que o Município foi reconhecido como território da longevidade, o que a todos muito deverá orgulhar. Para terminar o Senhor Presidente informou também que havia marcado presença em Sintra, no âmbito de um protocolo de cedência de um imóvel, por parte do Estado, ao Município de Fornos de Algodres, nomeadamente o antigo apartamento da DRAP, que será transformado em casa de função. ----

b) Apreciação e votação do Relatório Anual de Monitorização de Execução do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas (PGRIC) do ano de 2024; -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo que se trata de um documento elaborado pelos serviços do Município de Fornos de Algodres, no âmbito da Norma de controlo interno, ao qual, eventualmente, ainda se farão algumas alterações, no sentido de dar anuência a algumas das sugestões do Fundo de Apoio Municipal. -----

O membro da Assembleia, Duarte Nunes, usou da palavra referindo que, de acordo com o RGPC, o presente relatório anual deveria ter sido elaborado em abril do ano seguinte à sua execução, sendo que, a reunião da equipa que o validou só ocorreu no final de agosto e o Senhor Ex-Presidente da Câmara Municipal, só o assinou a 4 de setembro. Neste contexto questionou se haveria alguma justificação plausível relativamente à falha dos prazos de elaboração do documento em causa. -----

O Senhor Presidente usou da palavra e, em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Duarte Nunes, informou que o atraso verificado no relatório de monitorização esteve relacionado com o facto de o respetivo plano ter sido revisto no ano anterior e, como tal, os serviços entenderam que não haveria tempo suficiente para se fazer um relatório de um plano que tinha sido aprovado há relativamente pouco tempo, sendo que, no próximo ano, provavelmente, poderá acontecer o mesmo, caso sejam efetuadas as alterações pretendidas em janeiro e fevereiro, o que pressupõe que o Município de Fornos de Algodres solicite ao MNAC, a devida autorização para fazer um relatório à posteriori, relatório esse que será atualizado em 2027. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Queiriz e Figueiró da Granja. -----

c) Apreciação e votação de Proposta de Carta Social 2025-2028; -----

O Senhor Presidente usou da palavra e em relação à Carta Social, referiu que se trata de um documento estratégico para o Município de Fornos de Algodres, devendo ser a base para a tomada de decisões políticas, no âmbito da Ação social e, seguramente, dará origem à revisão ou à elaboração do novo Plano de desenvolvimento social, que terá de ser feito, à posteriori. Após a análise do documento, o Senhor Presidente salientou algumas constatações, nomeadamente o envelhecimento acentuado da população, o que cria mais pressão em serviços como o apoio domiciliário e sobretudo na resposta de ERPI, verifica-se também a necessidade de reforço de apoio às famílias e à infância, a necessidade da importância da articulação do Município com as IPSS(s), sendo que o Conselho Local de Ação Social trabalha muitíssimo bem, estando atualmente a desenvolver um projeto de criação de uma cooperativa na área social, que contará, seguramente, com o apoio do Município, para que seja uma realidade e uma resposta social inovadora, a nível nacional. O membro da Assembleia, Gonçalo Bento, usou da palavra e relativamente à Carta Social sublinhou que corrobora das palavras do Sr. Presidente, sendo claramente um documento que foi construído com bastante massa crítica, o que é de facto bastante positivo e de salutar e, mais informou que, no que diz respeito à preparação individual da medicação, é referida uma parceria com a ANF, Comissão Nacional de Farmácias, sendo que gostaria de perceber quais os trâmites da mesma, ou se eventualmente poderá ser um lapso, uma vez que a parceria que existe é inerente ao Programa Abem e não à PIM - Preparação Individual do Medicamento. -----

No que concerne à questão da formação de farmacêuticos, sublinhou que gostaria de saber o que é que foi idealizado relativamente à componente formativa, que, na sua opinião, se reveste da maior importância, embora seja uma questão bastante técnica e específica. -----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca usou da palavra, referindo que no documento em apreciação se verifica um trabalho exaustivo e, neste sentido, manifestou o seu agradecimento a toda a equipa, na pessoa da Senhora Vereadora Luísa Gomes. Começou por sublinhar que o concelho de Fornos de Algodres dispõe de quarenta respostas sociais, o que é de louvar, com cerca de trezentos colaboradores que apoiam cerca de oitocentos utentes, sendo que são dados que a todos deverão orgulhar e que são prova viva de que o apoio ao Estado Social, por parte do Executivo Municipal, tem sido de facto relevante. No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Gonçalo Bento, o Senhor Presidente usou da palavra referindo que era um enorme privilégio usar da palavra como Farmacêutico, na qualidade de Presidente de Câmara, para outro Farmacêutico, na qualidade de Deputado da Assembleia Municipal, o que manifesta que ambos terão um papel importante a desempenhar nas instituições públicas e, acima de tudo, no concelho de Fornos de Algodres. Neste contexto, acrescentou ainda que a preparação individualizada do medicamento iria ser implementada em 2026, permitindo assim garantir que os idosos do concelho de Fornos de Algodres não cometam erros, aquando da toma dos seus medicamentos, sendo que já foram efetuados os contactos com a ANF e já se aferiram os custos para executar tal medida, com o apoio extraordinário da Senhora Vereadora Luísa Gomes e da Dra. Daniela Pina, no entanto dever-se-ão definir concretamente todos os objetivos, por forma a que o Município tenha capacidade económica e financeira para fazer face às necessidades de todos os utentes, que necessitem de tal serviço. -----

No que concerne à formação dos farmacêuticos, o Senhor Presidente sublinhou que se refere exatamente à preparação individualizada do medicamento, sendo a mesma da responsabilidade da ANF, junto das farmácias que são parceiras do programa. -----

No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Ginja da Fonseca, o Senhor Presidente sublinhou que a Senhora Vereadora Luísa Gomes, mais uma vez fez um trabalho extraordinário de coordenação da equipa que redigiu o documento em causa e, no que diz respeito aos colaboradores das IPSS(s), o Senhor Presidente sublinhou que seria muito importante que os dois maiores partidos políticos do país, nomeadamente o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, efetuassem um acordo de regime, no sentido de se reverem os acordos de cooperação, garantindo assim às instituições, melhores condições para os seus profissionais, que são um pilar fundamental para os idosos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com sete abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Queiriz e Figueiró da Granja. -----

d) Apreciação e votação da proposta de competência da Assembleia Municipal de autorização prévia para assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais, designadamente via aprovação

das Grandes Opções do Plano – alínea b) do artigo 3º e alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013; ----

O Senhor Presidente usou da palavra sublinhando que a presente proposta havia sido aprovada, em reunião de Câmara, por maioria e com abstenção dos Senhores Vereadores do PSD, tendo como objetivo proceder a alterações orçamentais, com impacto plurianual, sem haver necessidade de marcar uma Assembleia Municipal extraordinária, sendo que, para além disso, por vezes, se verifica a impossibilidade de execução de algumas candidaturas, em função de alterações que seriam necessárias executar, uma vez que também implicaria a marcação de uma reunião extraordinária, de Assembleia Municipal. Neste contexto, o Senhor Presidente sublinhou que, no que concerne a todas as competências que forem delegadas no Presidente, sempre que faça uso das mesmas, dará conhecimento ao Órgão que lhe delegou tal competência, por forma a que todos os membros tenham conhecimento das decisões tomadas. -----

O membro da Assembleia Gonçalo Bento usou da palavra, sublinhando que entendia perfeitamente a ideia de desburocratização, patente no documento em causa, no entanto considera o valor das eventuais alterações, bastante elevado, nomeadamente meio milhão. -----

O Senhor Presidente usou da palavra referindo, a título de exemplo, que num Programa do IHRU, não se conseguirá realizar nenhum investimento previsto no Programa de Habitação Acessível, sem que se tenha, por base, um milhão ou até dois milhões de Euros e, se por acaso se verificar um atraso no financiamento, por parte do IHRU, poder-se-á comprometer uma candidatura, sendo que será pertinente ter uma margem de manobra para a realização das candidaturas, para além de que será sempre dado conhecimento da situação, a todos os elementos da Assembleia Municipal, de acordo com os princípios da transparência e da desburocratização. -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito votos contra dos Deputados do Partido Social Democrata e Presidentes de Junta das Freguesias de Figueiró da Granja e Queiriz e uma abstenção do Presidente de Junta de Freguesia da Matança. -----

e) Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal sobre Imóveis (IMI); ----

O Senhor Presidente usou da palavra e começou por sugerir que, à imagem e semelhança de anos anteriores, se discutissem, concomitantemente, todas as taxas, nomeadamente as da alínea e), assim como as que fazem parte integrante das alíneas f), g), h), i), tendo sido acordado que as respetivas intervenções seriam englobadas na presente alínea e), no entanto, as respetivas votações seriam feitas individualmente. -----

Em relação à Taxa Municipal sobre Imóveis, o Senhor Presidente referiu que se propõe uma taxa de 0,41, de acordo com o que consta no Plano de Ajustamento Municipal, taxa essa que, devido ao esforço do ex-Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e do ex-Presidente da Câmara Municipal do Fundão, se conseguiu alterar, no seguimento de uma alteração à Lei do Fundo de Apoio Municipal, tendo apenas de se comprovar que, tal medida, não implicaria problemas ao nível da gestão financeira dos municípios. -----

Em relação às demais taxas, nomeadamente a da derrama e a da participação variável do IRS, o Senhor Presidente referiu que nem sequer se podem discutir com o FAM, uma vez que está plasmado na Lei, que tem de se aplicar a taxa máxima e, mais informou, que as taxas municipais, estão de acordo com o regulamento que se encontra em vigor, que dita que se deverão aplicar as referidas taxas, de acordo com a taxa de inflação e de acordo com o que é ditado pelo Tribunal de Contas. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente referiu que, no primeiro semestre de 2026, serão apresentados um novo regulamento de taxas e um novo regulamento de tarifas e, no que diz respeito à aplicação da taxa municipal de direito de passagem, referiu que não devem existir dúvidas sobre a necessidade de aplicação da mesma, sendo que diz respeito aos grandes operadores e, como tal, faz todo o sentido que a mesma seja aplicada. Informou ainda que se encontra em vias de preparação, uma alteração ao regulamento de taxas para que se possa aplicar a taxa de IMI, às infraestruturas eólicas, por forma a que as concessionárias paguem o respetivo IMI sobre as barragens e sobre as infraestruturas eólicas, gerando assim receita para os municípios. -----

O membro da Assembleia João Coelho, usou da palavra e, no seguimento das respostas do Senhor Presidente, as quais agradeceu, sublinhou o seguinte: -----

“Relativamente aos caminhos romanos, não sou contra a sua reabilitação, sou contra os materiais empregues, mas se teve a aprovação das entidades competentes, extra município, quem sou eu, para pôr em causa o trabalho feito. Relativamente às obras que tornam as aldeias mais beirãs, dei o exemplo de Figueiró da Granja, não me refiro às intervenções feitas em imóveis, que estavam a ser necessárias para famílias carenciadas, refiro-me a intervenções em qualquer imóvel, para tornar as aldeias mais caracterizadoras da nossa região. No que concerne aos coretos, os pressupostos devem ser iguais para todos, pois as habitações, e muito bem, a meu ver, não podem ter cobertura em painel-sanduiche, pode, mas terá de ser colocada telha cerâmica, e está a ser colocada nos coretos, essa tal cobertura em painel-sanduiche. Se me estiver a antecipar na finalização desses tais coretos, e se posteriormente for colocada a telha cerâmica, só tenho de dar os parabéns. Relativamente aos pontos e), f), g) e h), no que concerne a estes quatro pontos, falarei neles com uma preocupação única, pois trata-se de aumentos para quem quer investir em Fornos de Algodres, não só o comum cidadão que já cá vive, bem como para quem quer vir para cá morar, mas também demasiado para as empresas que querem cá se instalar. Sem incentivos municipais atrativos para as empresas, e com este aumento da derrama, torna-se complicado atrair empresas para o nosso concelho, criar polos industriais, criar postos de trabalho, alavancar a economia

fornense estagnada há doze anos. Economia, palavra muito criticada por este Executivo, eleito pelo Povo durante a campanha, mas julgo ser a palavra que deve estar no vocabulário do Executivo e dos fornenses todos os dias, pois sem economia não existe desenvolvimento. Elementos do Executivo anterior diziam que fábricas não se fixam em Fornos de Algodres, pois no concelho não existe mão de obra qualificada, nem sem qualificação. Muitas vezes, em conversa com amigos de outros concelhos, brinco ao dizer que Fornos de Algodres pode-se orgulhar por ter uma taxa de desemprego a rondar os 0%, pois toda a massa ativa hoje está em POCs, em cursos, empregada na maior empregadora, que é a Câmara Municipal, e os restantes estão mesmo empregados por conta própria ou de outra, nas empresas locais ou nos concelhos vizinhos, já não falando dos que tiveram de emigrar. Um professor meu da faculdade, que por acaso é Ministro neste atual Executivo Governamental, e que até deu o seu apoio ao meu Partido, localmente, vindo apoiar a candidatura à Câmara, numa das suas aulas disse e com razão: uma fábrica cria postos de trabalho, uma fábrica emprega tanto os trabalhadores locais como trabalhadores de concelhos vizinhos, quem trabalha tem poder de compra e os trabalhadores de fora do concelho têm de ter um teto para viver no concelho onde se trabalha, teto esse proveniente de arrendamento ou compra. Para colocar no mercado a habitação para esses trabalhadores, o setor da construção empolga-se, trabalha, investe e novos polos habitacionais começam a crescer, com isto, empresas de materiais de construção e paralelas ao setor da construção, veem a sua faturação aumentar e a ter a possibilidade de expansão, com o aluguer ou compra da habitação às pessoas que necessitam, e equipar e mobilar as suas casas, o que possibilita o aparecimento de novas empresas de mobiliário e de eletrodomésticos. Fixando os trabalhadores no município, o comércio local ganha mais, pois esses mesmos trabalhadores têm de se alimentar, vestir, calçar, ter momentos de lazer e descontração, o que impulsionará a economia local, até mesmo os transportes saem beneficiados, pois as pessoas têm de se deslocar. O desenvolvimento torna-se uma economia circular, que encherá os cofres de todos os intervenientes neste círculo, até mesmo a autarquia, pois mais habitações, origina mais IML, com mais pessoas, mais IRS, com novos espaços comerciais, mais construção, mais empresas, a autarquia arrecada mais receita para que a idealidade possa trabalhar no desenvolvimento do concelho, aumentando a qualidade de vida da sua população. A diversificação da economia e o desenvolvimento do concelho começa na atração e fixação de unidades criadoras de emprego, empresas. Acredito que o Executivo responderá e defenderá o aumento destes quatro pontos devido às imposições contratualizadas com as entidades externas que supervisionam as contas do município, em virtude dos gastos anuais fixos que têm. Mas eu pergunto, visto que o atual Executivo é um refresh de lugares, mantendo-se pessoas que estiveram presentes nos últimos 12 anos de passividade económica e de pouco desenvolvimento concelhio, quantas vezes reuniam com o FAM, Fundo de Apoio aos Municípios, para renegociar cláusulas, pontos ou mesmo para apresentar propostas inovadoras de desenvolvimento económico? Muito obrigado.” -----

O membro da Assembleia Paulo Plácido usou da palavra, cumprimentando todos os presentes e todos os demais que assistiam à presente Assembleia, sublinhando que o Grupo Parlamentar do Partido Social-

Democrata, ir-se-ia centrar na alínea i), uma vez que está diretamente relacionada com uma das problemáticas do concelho de Fornos de Algodres, que se prende com a situação atual da rede móvel e com a situação da fibra ótica, sendo que gostaria de saber, nomeadamente, quais foram as intervenções que foram efetuadas até ao momento e quais serão as intervenções futuras que o Executivo pretende levar a efeito, visto que isto é um problema identificado nos Executivos anteriores e que, efetivamente, contribui para a dificuldade no desenvolvimento económico e social do concelho. Prosseguiu a sua intervenção referindo que a sua outra questão se prendia com uma possível passagem, no concelho de Fornos de Algodres, de uma linha de média e alta tensão, que supostamente, afetará algumas freguesias, sendo que gostaria de perceber qual é a previsão de ação, por parte do Município, uma vez que, ao passar em algumas freguesias, poderá causar alguns incómodos. Para terminar, o Senhor Deputado Paulo Plácido aproveitou para desejar a todos, umas Boas Festas e um Próspero Ano Novo. -----

O membro da Assembleia Luís Ginja da Fonseca usou da palavra, salientando que as duas Bancadas se encontram em sintonia, ao pretender que se conseguisse baixar as taxas, no entanto tal é impossível, porque a Lei não o permite, sendo que o IMI, nem sequer deveria existir, mas lamentavelmente é fruto das governações dos últimos cinquenta anos. -----

O Senhor Presidente usou da palavra pedindo desculpa ao Senhor Deputado João Coelho, uma vez que durante a sua intervenção, não havia focado a questão da reabilitação das casas, sobretudo nas freguesias e nas áreas rurais do concelho de Fornos de Algodres e, neste contexto, referiu que no programa eleitoral do Partido Socialista está prevista a definição de doze ARUS, uma vez que, sem as mesmas, surge a dificuldade de incentivar à reabilitação das habitações, sobretudo por parte dos particulares. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente informou que já estão definidas duas ARUS, nomeadamente em Algodres e Figueiró da Granja, sendo que só ainda não foram implementadas, uma vez que o Fundo de Apoio Municipal continua a argumentar que, de acordo com o atual contrato, não se poderão aplicar fatores minorativos do lado da receita, o que pressupõe que uma casa, que venha a ser reabilitada, não possa beneficiar de isenção de IMI, durante cinco anos. Neste sentido, o Senhor Presidente mais informou que o Município de Fornos de Algodres se encontra em negociações com o FAM, por forma a que o PAN seja devidamente revisto, no sentido de se poderem criar, em todas as freguesias do concelho, áreas de regeneração urbana, que permitam ao Município, introduzir na sua política fiscal, um incentivo à reabilitação de habitações. -----

Em relação à questão da economia, o Senhor Presidente sublinhou que fez questão de não introduzir a referida temática na campanha eleitoral, nomeadamente no que concerne à zona industrial de Juncais, sendo que, apenas se irá reportar a tal assunto, quando tiver 100% de garantia relativamente ao que será feito na referida estrutura. Informou também que a questão da economia será de facto uma prioridade para os próximos quatro anos, sendo que se revê em muitas das considerações proferidas pelo Senhor Deputado João Coelho, relativamente ao que um município deverá executar, no entanto ressaltou que muito foi feito nos últimos doze anos, o que foi manifestamente reconhecido pelos fornenses. -----

No que diz respeito à intervenção do Senhor Deputado Paulo Plácido, relativamente à rede móvel e fibra ótica, o Senhor Presidente referiu que, no que concerne à rede móvel, ainda não houve nenhum Governo que tivesse a coragem de implementar e introduzir, o roaming interno, a nível nacional, sistema esse que deveria ser imposto a todos os operadores, o que facilitaria significativamente as comunicações e no que concerne à fibra ótica, o Senhor Presidente sublinhou que se trata de uma situação muito grave, sendo que 50% do concelho de Fornos de Algodres não tem cobertura ótica. Neste contexto, o Senhor Presidente informou que os concelhos de Celorico da Beira, entre outros concelhos vizinhos, dispõem da chamada fibra escura, em que qualquer operador consegue ligar-se à referida fibra, disponibilizando o respetivo sinal a todas as habitações existentes nos concelhos, contrariamente ao que se verificou no concelho de Fornos de Algodres, em que se continuou com o serviço da Altice. Ainda relativamente a este assunto, o Senhor Presidente sublinhou que, no entanto, no ano anterior, felizmente, surgiu um novo operador, até porque, supostamente, a Altice já teve tempo suficiente para, com base naquilo que se paga, conseguir financiar o investimento que teve de efetuar, para além de que, quando o anterior Governo lançou o programa de cobertura das Zonas Brancas, a nível nacional, o Município de Fornos de Algodres, fruto de um extraordinário trabalho dos serviços, em que esteve, mais uma vez, o Eng.º Alberto, o Eng.º Paulo e o Pedro Bidarra, foi o primeiro município do país a apresentar ao Governo, as Zonas Brancas que existiam no concelho de Fornos de Algodres. Neste sentido, foi exigido à Senhora Ministra, Dra. Ana Abrunhosa, que, quando se comesse a fazer a infraestrutura, se comesse, não pelo concelho de Fornos de Algodres, mas sim pela região, uma vez que a Internet, atualmente, é essencial, tanto a nível pessoal, como a nível profissional, não se podendo descurar, no entanto, o que se verificou foi que o Governo, depois de ter as Zonas Brancas definidas a nível nacional, lançou um concurso internacional, com o qual o Senhor Presidente não concordou, uma vez que sempre defendeu que os concursos deveriam ter sido realizados, por regiões, no sentido de se evitar conflitualidades, tal como se veio a verificar. Mais informou o Senhor Presidente que tal situação permitiu à Altice bloquear toda a zona do Interior, uma vez que contestaram o referido concurso, que foi ganho pela DS Telecom e, caso se tivesse optado por um concurso mais restrito, provavelmente haveria zonas que já estariam devidamente infraestruturadas. No que concerne ao caso concreto do concelho de Fornos de Algodres, o Senhor Presidente referiu que, quando a situação for resolvida, existem mil e seiscentas habitações que serão servidas pela fibra escura, permitindo que qualquer pessoa do concelho, independentemente do operador, possa usufruir de fibra ótica de qualidade, em sua casa. Informou ainda que até tinha reunido com a Senhora Presidente da CCDR Centro, Dra. Isabel Damasceno, demonstrando a disponibilidade do Município para avançar com o investimento, desde que o respetivo reembolso fosse garantido à posteriori, no entanto, tal foi negado, uma vez que havia um caderno de encargos que teria de ser cumprido, para além de que o operador que se iria contratar, poderia não ser o mesmo operador que, eventualmente, venha a ganhar o concurso internacional. Para terminar, o Senhor Presidente sublinhou que, atualmente, não dispõe de instrumentos para resolver a referida situação, uma

vez que se encontra a decorrer um concurso internacional, esperando sinceramente que o atual Governo respeite o compromisso do Governo anterior, e comece a referida infraestruturação na região do Interior. - Face ao exposto pelo Senhor Deputado Luís Ginja da Fonseca, relativamente às taxas, o Senhor Presidente sublinhou que não se trata de uma questão opcional, mas sim de uma questão de Lei, sendo que, quem está inserido no Programa de Ajustamento Municipal, tem obrigatoriamente de aplicar as taxas máximas sobre a derrama e sobre a participação variável do IRS. Neste sentido, acrescentou que seria deveras importante que se fizesse uma revisão da Lei das finanças locais, que já tem cinquenta anos e não respeita, nem está minimamente adequada à realidade atual, sobretudo no que diz respeito às necessidades dos municípios de baixa densidade. -----

Face ao exposto pelo Senhor Deputado Paulo Plácido, relativamente à questão da linha de alta tensão Fundão/Bodiosa, o Senhor Presidente referiu que se trata de um processo em que será muito difícil contrariar o que vier a ser determinado pelo Governo, sendo que foram apresentados três percursos ao Município de Fornos de Algodres, por forma a que se decidisse qual afetaria menos a população. Ainda relativamente a esta temática, o Senhor Presidente salientou que, de acordo com a Lei, sempre que se verifique impacto no território, provocado pelas linhas de média e alta tensão, 5% do investimento, será revertido para o município em causa, no entanto, a referida ligação, não foi abrangida por tal enquadramento legal. Neste contexto, o Senhor Presidente sublinhou que já havia transmitido à Senhora Ministra da Energia que todos os municípios da Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, irão exigir que tal ligação seja abrangida pelo decreto que determina que 5% do investimento, seja colocado à disposição dos municípios lesados, sendo que o Município de Fornos de Algodres estará na linha da frente, no sentido de exigir que o Governo da República cumpra com a sua obrigação. -----

f) Apreciação e votação da proposta de fixação da Derrama sobre o Lucro Tributável; -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com nove abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Queiriz, Figueiró da Granja e Matança. -----

g) Apreciação e votação da proposta de Participação Variável no IRS; -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com nove abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Queiriz, Figueiró da Granja e Matança. -----

h) Apreciação e votação da proposta de atualização das Taxas Municipais no ano de 2026, de acordo com a Taxa de Inflação verificada no ano de 2025; -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com oito abstenções dos Deputados do Partido Social Democrata e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Figueiró da Granja e Queiriz. -----

i) Apreciação e votação da proposta de aplicação da Taxa Municipal de Direito de Passagem; -----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

j) Designação dos representantes de cada Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres para integrarem o Conselho Municipal da Juventude de Fornos de Algodres. -----

O membro da Assembleia, Gonçalo Bento usou da palavra e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, designou para o cargo em questão, a Senhora Deputada Vanessa Melo. -----

O membro da Assembleia, Cláudia Farias usou da palavra e, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, designou para o cargo em questão, o Senhor Deputado Leandro Abade. -----

O Senhor Presidente usou da palavra desejando um Bom Ano Novo a todos e agradecendo aos técnicos municipais, mais uma vez, pela capacidade superior com que executam o trabalho de preparação das Assembleias Municipais, uma vez que, por vezes poderá não parecer, mas é de facto uma tarefa extremamente exigente, sendo que, inclusivamente, houve pessoas que trabalharam nos dias em que a Câmara Municipal havia atribuído tolerância de ponto e, como tal, não poderia deixar de lhes manifestar o seu mais sincero agradecimento. -----

Para terminar, o Senhor Presidente sublinhou que espera que todos os membros da Assembleia Municipal se unam, no sentido de levar a efeito um trabalho extraordinário, em prol das Gentes do concelho de Fornos de Algodres. -----

Foi designado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, a Deputada Vanessa Melo e pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Deputado Leandro Abade. -----

3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo intervenções por parte do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes. ---

Depois de lida, a referida minuta de ata foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal desejou um Bom Ano Novo a todos os presentes e deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

Juliano da Silva Pinheiro

O Primeiro Secretário

Ana Catarina Freitas Gomes

O Segundo Secretário

Shirley Gomes Ferreira